

# O RURAL CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Maristela Simões do Carmo<sup>1</sup>  
Valeria Comitre<sup>2</sup>  
Ricardo Serra Borsatto<sup>3</sup>

**Resumo:** O decréscimo da renda agrícola trouxe a necessidade da diversificação das fontes de receitas das famílias agricultoras brasileiras, cristalizando a pluriatividade como estratégia de reprodução social. O rural contemporâneo brasileiro se depara com um forte componente ambiental, seja intrínseco à produção, seja como parte do ideário de consumo da população urbana demandante de valores, alimentos e hábitos saudáveis. A concepção de sustentabilidade passa por uma política de desenvolvimento territorial, dada a necessidade de construção de alternativas que se contraponham ao modelo vigente, em que a força da localidade redime seus atores para que assumam a direção do “seu” desenvolvimento. Neste artigo, o ambiente natural é pensado como o elemento aglutinador do processo de desenvolvimento territorial, atuando como um amálgama para gerir os interesses dos diferentes atores sociais, entre eles, gestores públicos, movimentos sociais, setores empresariais, assentados rurais e consumidores. Por este caminho, a concepção de territórios e a Agroecologia, construída sobre a crítica ao modelo convencional da agricultura, surgem como marcos teóricos para analisar as transformações necessárias a uma agricultura sustentável, tendo especial atuação as formas de investigação/ação social participativa para a transição agroecológica. Espera-se que o redesenho dos assentamentos rurais brasileiros, com base nos princípios agroecológicos, altere a dinâmica territorial nos espaços em que se encontram, tornando os assentados atores privilegiados na redefinição das políticas públicas com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento territorial, agroecologia, assentamentos rurais

## 1. Dinâmica territorial no desenvolvimento rural

O conceito de desenvolvimento com base territorial refere-se ao espaço em construção pela ação dos múltiplos atores sociais empenhados em atuações comunitárias de caráter político, sócio-cultural e econômico, interagindo com a base de recursos naturais como elemento de sua reprodução biológica e social. Nesse sentido, o território é visto

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Adjunta da Faculdade de Ciências Agrônomicas, FCA/UNESP-Botucatu, Prof<sup>a</sup> Colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola, FEAGRI/UNICAMP-Campinas, [stella@fca.unesp.br](mailto:stella@fca.unesp.br); [stella@feagri.unicamp.br](mailto:stella@feagri.unicamp.br)

<sup>2</sup> Pesquisadora Científica do Instituto Agrônomo, Secretaria da Agricultura Abastecimento do Estado de São Paulo (IAC/APTA/SAASP), [comitre@apta.sp.gov.br](mailto:comitre@apta.sp.gov.br)

<sup>3</sup> Professor Associado da Faculdade de Tecnologia de Itapetininga (FATEC-IP), Itapetininga/SP - Brasil; Pesquisador Colaborador da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (FEAGRI/UNICAMP), Campinas/SP - Brasil, [ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br](mailto:ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br), [ricardo.borsatto@feagri.unicamp.br](mailto:ricardo.borsatto@feagri.unicamp.br)

como um espaço criado coletivamente, e mais, significa a capacidade de cooperar para o mútuo proveito, com forte relação entre desempenho institucional e comunidade cívica (PUTNAM, 1996).

O território é assim, o resultado de práticas sociais, sendo o desenvolvimento avaliado como ganhos em qualidade ancorados nas forças sociais emanadas do território, onde influenciam e são influenciadas para além do crescimento da agricultura.

Para fins desse trabalho território é visto como palco da interação de grupos sociais que se defrontam na defesa de seus interesses, rumo ao desenvolvimento, pressupondo que as identidades construídas, a socialização, e a atuação política irão forjar ações coletivas que trarão como resultado, entre outras, a produção agrícola. É importante reter a força inerente ao conceito de territorialidade como uma nova unidade analítica que permite entender a diversidade de alternativas de desenvolvimento rural, tendo na base do território a arena em que grupos de interesses se enfrentam na resolução dos problemas específicos frente à pressão imposta pela sociedade global.

A territorialização do desenvolvimento é, portanto, outra forma das bases locais selecionarem, dentre as potencialidades existentes, aquelas que melhor se adaptem às suas necessidades. Para os agricultores familiares, e dentre eles os assentados rurais, trata-se da possibilidade de formulação de políticas públicas além da concepção setorial, e, portanto, mais voltada para um desenvolvimento com a revalorização/resignificação do rural.

## **2. O ambiente natural no rural contemporâneo**

Não há mais como questionar a influência que o ambiente natural tem, e que, com certeza, se aprofundará no futuro, na dinâmica do rural contemporâneo. É inegável a importância da forma como se irá utilizar o meio ambiente na satisfação das futuras necessidades humanas, sejam de produção de alimentos, caráter cultural, preservação, lazer, etc. A busca pela integridade ambiental na atualidade é uma constante, completamente incorporada ao nível do discurso, em todas as esferas da produção e em todos os segmentos sociais.

No amplo espectro do rural, a moderna agricultura intensiva, ao mesmo tempo em que legitimou os sucessos na produção, internalizou graves danos aos agroecossistemas

com a eclosão de processos erosivos nas bases sócio-culturais dos agricultores que não conseguiram se engajar no movimento modernizante.

Muito se tem falado na gestão ambiental como elemento a ser incorporado ao rol das preocupações com a reprodutibilidade econômica e ambiental da agricultura moderna. A forte participação do ambiente como um dos eixos da sustentabilidade lhe confere um papel na linha de “solução tecnológica”, que permitiria *mudando* a base técnica da produção *manter* o padrão intensivo. O que significa dizer que, dado o senso comum que sempre associa sustentabilidade à questão ambiental, agricultura sustentável seria o manejo preservacionista dos recursos naturais, minimizando o impacto na natureza.

Com isso é possível perceber que o meio ambiente, muitas vezes, atua como elo comum na ligação de interesses entre os atores sociais presentes em um mesmo território.

Em outras palavras, os problemas ambientais podem constituir temas com possibilidades de unir os diversos interesses de grupos sociais como agricultores, gestores públicos, empresários, ambientalistas e consumidores, atores em ações coletivas nos espaços territorializados, conformando tentativas para a implantação do que se denomina gestão territorial ambiental. De tal forma que, por meio da questão ambiental, é possível articular os diferentes agentes na produção e reprodução social, dentro das possibilidades e limites impostos pela base de recursos naturais e o capital social existentes.

Não se trata de procurar saídas pela vertente tecnológica como uma apologia para soluções que se fazem necessárias frente às desigualdades e insustentabilidade do modelo. Não se está defendendo o primado da tecnologia como a saída para a crise sócio-ambiental, mas sim a idéia que, no campo das alternativas tecnológicas, tendo o meio ambiente como um amálgama, podem surgir as soluções de problemas entre os sujeitos que participam da produção e da dinâmica local. O que se preconiza é avaliar o potencial da preservação ambiental como síntese dos embates conflitantes, e com isso, procurar a direção que conduza a um modelo de sustentação de longo prazo e de caráter coletivo na sua expressão mais ampla. O que significa ir além da produção agrícola, fortalecendo as capacidades produtivas, e os demais recursos existentes, em movimentos pluriativos na reprodução do rural face às transformações globais.

Ao mesmo tempo em que se pensa a gestão do espaço rural, pensa-se também a qualidade de vida da população, a saúde dos consumidores urbanos, o efeito das mudanças

climáticas, a poluição ambiental e, as alternativas de reprodução social que permitam aos agricultores familiares, em desvantagens no atual modelo, serem incluídos e terem participação efetiva nos destinos das políticas para um desenvolvimento sustentável.

Trata-se de observar que em uma gestão territorial participativa pode estar o elo aglutinador para se avançar na direção do desenvolvimento sustentável, potencializando-se as chances que o ambiente tem de sensibilizar a maior amplitude de atores sociais interagindo no espaço territorial comum. A gestão territorial ambiental, em bases participativas, pode se tornar poderoso auxiliar no delineamento de políticas públicas e estratégias adequadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Visto de outro ângulo, as transformações no mundo rural contemporâneo frente à problemática ambiental, pode induzir à desaceleração do modelo intensivo de agricultura, principalmente no que tange aos agricultores de pequeno porte. E ao mesmo tempo colocar alternativas para além da produção, nos moldes de pluralidade de funções, intermediados pela questão ambiental, interagindo Estado e a sociedade civil, o rural e o urbano.

### **3. Agroecologia como um novo modelo de desenvolvimento rural**

A articulação da dimensão técnica com compromissos sócio-ambientais computa à agroecologia aportes de diferentes disciplinas na área da produção agrícola. De fato, a agroecologia conta com a aplicação interativa de conceitos e princípios da ecologia, agronomia, sociologia, economia, antropologia e outras áreas do conhecimento para um manejo e redesenho de agroecossistemas em direção à sustentabilidade do rural ao longo do tempo (ALTIERI, 2002).

É importante ficar claro a necessidade do conceito extrapolar os aspectos tecnológicos, apesar do forte apoio no estudo da dinâmica dos agroecossistemas, para estabelecer os vínculos entre natureza e os seres humanos firmado pela contribuição das disciplinas de ciências sociais.

Nesse sentido, qual o potencial da agroecologia de transformar a realidade em direção a um novo modelo de desenvolvimento que se configure em um paradigma sustentável?

O primeiro passo é a forma como a agroecologia percebe a natureza e os recursos materiais produtivos, além do significado econômico desses recursos. No delineamento de

um novo paradigma de moldes agroecológicos torna-se básico a *renovação da relação do homem com a base natural* da qual extrai sua sobrevivência, atribuindo um olhar amigável, e de parceiro, aos elementos naturais, que não são vistos apenas como recursos produtivos.

Nesse particular cumpre papel fundamental a ecologia no que se refere ao conhecimento oriundo das formas históricas das populações tradicionais explorarem seu meio ambiente, e na valorização da biodiversidade ofertada pela natureza, que traz intrínseco um potencial de geração de renda ainda pouco explorado nas atividades agrícolas (BEDUSCHI FILHO, 2003).

Como base científica para a transição a uma agricultura cada vez mais sustentável os pesquisadores devem absorver (totalmente) a idéia da *co-evolução entre os sistemas naturais e sociais* (GUZMÁN, 2000), tendo como unidade de análise o agroecossistema. A agroecologia não existe sem a participação social que junte a dimensão técnica com os compromissos sociais e ambientais. Como um novo modo de se apossar da natureza, a agroecologia pressupõe a ação de agricultores comprometidos com seu território, local em que as relações entre as técnicas de produção e a sociedade devem estar submetidas às leis da ecologia.

Visto como uma ciência, cujo escopo teórico tem como base o agroecossistema, a agroecologia não pode prescindir dos conhecimentos gerados pelo empirismo dos agricultores na busca do aumento da resiliência de sistemas agronaturais, pois é da sua experiência que se extrai a intimidade da evolução daquele ambiente.

Na conjunção entre o saber formal dos pesquisadores/especialistas e técnicos e o informal dos interessados/população comum com experiência na situação problema, constitui-se o laço entre aqueles que dominam raciocínios teóricos/abstratos e os que vivenciam as circunstâncias a serem equacionadas. O pesquisador deve abandonar a sua postura tradicional e se envolver nas experiências práticas dos pequenos agricultores familiares, adaptadas às condições locais, para poder interligar seu universo de representação científica ao da vivência empírica do agricultor.

O terceiro ponto se apóia no entendimento da agroecologia como uma ciência que pesquisa e elabora estratégias na busca de contextos de sustentabilidade, em que exerce papel fundamental a dimensão local do desenvolvimento como contraponto necessário à dimensão global. E nesse caso, é no *potencial endógeno de cada agroecossistema*, seja de

natureza sócio-cultural ou ecológica, que se procura ir além da constatação das carências e dos problemas enfocando as potencialidades das soluções possíveis.

Assim, a sustentabilidade a partir do enfoque agroecológico, não deve ser encarada como um conceito absoluto de caráter universal, pelo contrário, deve ser construída localmente pelos próprios atores, estando, portanto, em sintonia com suas especificidades sócio-culturais, ambientais e econômicas.

Ainda no que se refere às determinações sócio-políticas necessárias nessa construção, em primeiro lugar, não se deve confundir os métodos agroecológicos com a obtenção de produtos “ecológicos”, nem com um estilo de alimentação “natural”. Embora ela se preocupe também com esses aspectos, deve ser compreendida, antes de mais nada, como um novo paradigma científico no qual se objetiva um novo desenho e manejo dos agroecossistemas, em bases locais, na perspectiva da sustentabilidade social em seu sentido lato. Ou seja, na possibilidade de continuar a exploração dos sistemas naturais (unidades geográficas) sem destruí-los, reproduzindo os grupos que deles sobrevivem (unidades sócio-culturais).

Dentro da necessidade de um processo de mudanças profundas no atual modelo de exploração sócio-econômico e tecnológico da agricultura, em direção a outros modelos com princípios, métodos e tecnologias de base ecológica, privilegia-se a pequena produção familiar, enfatizando-se sua menor dependência econômica nos vários níveis da cadeia produtiva. Pelo significado que a terra tem, o sentimento de sociabilidade local, e pelas suas características de produção e reprodução social, os agricultores familiares constituem-se nos atores, por excelência, do conjunto de agentes, com maiores condições para articular a transição agroecológica. Um projeto de desenvolvimento para o rural contemporâneo, com base nos princípios ecológicos, deve passar por estímulos aos projetos de desenvolvimento local com apoio na agricultura familiar, com o que se alteram as formas de se apropriar a natureza, a diminuição da pobreza e as correntes migratórias do campo para as cidades.

Para se olhar o rural, com as suas especificidades, e integrar as comunidades brasileiras num processo de fortalecimento do local, é necessário ainda uma revitalização do campo para além do projeto modernizador das elites, num revigoramento do meio rural, para além dos desígnios tecnológicos do desenvolvimento rural enquanto “milhões de toneladas de grãos”.

Idealização esta que, ademais do Estado, tem hoje forte correlação com intelectuais, sociedade civil e agricultores que tentam redirecionar a produção e revalorizar o rural para manter os laços de solidariedade existentes, em nível local, prestigiando um novo modo de se apropriar a natureza no desenvolvimento das forças produtivas e privilegiando a família como entidade indivisível na produção e reprodução social. A solidariedade ambiental e o fortalecimento do potencial endógeno da localidade, podem ser fortes componentes desse processo.

#### **4. Os assentamentos rurais na construção de modelos agroecológicos sustentáveis**

O assentamento rural constitui a forma *sui generis* que o Estado brasileiro encontrou para realizar a reforma agrária como saída às pressões dos movimentos sociais na militância pela posse da terra. A peculiar reforma agrária brasileira também tem sua problemática ambiental, pois em princípio adota os mesmos elementos universais norteadores do pacote da modernização conservadora.

Em sendo assim, existem possibilidades da questão ambiental atuar como elemento agregador no processo de desenvolvimento territorial tendo como base os assentamentos rurais? Como uma nova visão do ambiente natural pode influenciar as relações sociais e produtivas de um espaço territorial rural, atuando favoravelmente nas estratégias reprodutivas dos assentados rurais?

Os levantamentos e trabalhos de pesquisa sobre os assentamentos de reforma agrária no País têm demonstrado a importância que eles tem no desenvolvimento regional e nos impactos causados na formatação de um novo desenho da paisagem rural e do reconhecimento social (HEREDIA et al, 2002).

Nesse contexto, e partindo do princípio que as mudanças no padrão de consumo em direção à diversificação de produtos e a procura por alimentos saudáveis e de qualidade, pode favorecer a produção em pequenos estabelecimentos rurais, os assentamentos podem ser uma excelente oportunidade de se construir uma estratégia coletiva de desenvolvimento a partir da abordagem territorial.

As formas organizativas da produção, que envolvem um circuito mercantil diferenciado, em que os produtos têm alto valor agregado, embora obtidos com tecnologias sem capital intensivo, também se constituem em fórmulas de agrupamento dos assentados

rurais. Exemplos dessa situação são as várias experiências dos assentamentos produzindo de maneira orgânica.

A proposta agroecológica reforça um olhar “de dentro” da localidade para se estudar a realidade dos assentamentos rurais e, construir coletivamente as estratégias de gestão agroambiental para o desenvolvimento sustentável do território no qual se encontram. É num agir coletivo que se torna possível o sentimento de pertencimento territorial dos assentados rurais.

Formas renovadas de relacionamento com a natureza estão sendo estabelecidas a partir da ação de uma rede de trabalho envolvendo organizações não governamentais, o poder público e organizações dos assentados, comprovando o potencial gerador de renda dos agroecossistemas locais e a força da ação coletiva (BEDUSCHI FILHO, 2003).

Um facilitador da idéia da introdução da gestão territorial ambiental, enquanto possibilidade de se trabalhar com metodologias participativas, na direção de uma nova proposta em bases agroecológicas, pode ser a consideração de que os assentamentos rurais são comunidades em construção, e como tal, na sua maioria, constituem conjuntos de trabalhadores com histórias e culturas diferentes. São, portanto, agrupamentos em situação precária, que vão necessitar de causas comuns para levar avante suas lutas. O meio ambiente é um tema presente, tanto nos problemas internos aos assentamentos quanto na articulação com os atores externos, possibilitando a evolução do grupo numa base de proposta coletiva.

Na direção de se acelerar a transição para um desenvolvimento de bases ecológicas, privilegiando os assentados rurais, arrisca-se, como importante, assinalar os pontos a seguir:

- articular as políticas agrária e ambiental, aí incluídos os elementos de gestão agroambiental, nos espaços territoriais em que os assentamentos se encontram;
- redesenhar os modelos de assentamentos rurais, com base no estudo dos agroecossistemas, suas potencialidades e limitações e, que poderão ter vários formatos dependendo das condições locais;
- obter as inovações tecnológicas com base nas características sócionaturais locais;



- integrar as formas de conhecimento tradicional dos assentados na construção desse novo modelo, e, portanto, trabalhar, de forma participativa, com a diversidade dos agricultores e com base nas suas práticas usuais;

- buscar formas de diversificação das rendas familiares, identificando novas oportunidades de mercado e renda (diversificação e flexibilidade), e voltando sua produção aos produtos de qualidade, muito demandados atualmente pela população urbana;

- privilegiar a lógica da ação coletiva;

- incentivar a organização dos agricultores para se obter escala e competitividade;

- promover a investigação/ação/participativa como novo enfoque da pesquisa em assentamentos rurais;

- promover os meios necessários para a extensão agroecológica;

Em resumo, o que se procurou destacar neste artigo foi a intenção, e as possibilidades, de transformação dos assentamentos rurais em áreas produtivas com base nos princípios agroecológicos, de tal forma que possam funcionar como catalisadores do processo de transição e de territorialização do desenvolvimento, tendo a variável ambiental como o elo de ligação na resolução dos conflitos.

A proximidade geográfica dos lotes, e as maiores possibilidades de solidariedade sócioambiental, são fatores indutores do fortalecimento interno dos assentamentos, e da sua relação com o potencial endógeno do entorno.

Os assentamentos rurais, pela forma como foram constituídos e pelas necessidades que apresentam, têm um papel importante na transformação de um modelo excludente a um modelo agroecológico. Inseridos numa dinâmica territorial, os assentados rurais podem vir a se tornar atores efetivos nas negociações e no gerenciamento de conflitos nas localidades onde se encontram.

## **5. Referências Bibliográficas**

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002.

BEDUSCHI FILHO, L.C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva.** São Paulo: Iglu/FAPESP, 2003.

GUZMÁN, E. S. Agroecología y Desarrollo Rural Sustentable: una propuesta desde Latino América, 2000 (mimeo).

HEREDIA, B. et al Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo sobnre áreas selecionadas. (Resumo Executivo). Rio de Janeiro: CPDA/NEAD/IICA, 2002.  
([www.nead.org.br](http://www.nead.org.br) em 18/09/2005)

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**, Rio de Janeiro: FGV, 1996. 206 p.